

Falência do servidor na saúde?

Sérgio dos Passos Ramos

Artigo publicado no Jornal Valeparaibano em 01 de dezembro de 2007

As coisas começaram tímidas, mas agora atingem nível nacional. Impotente para resolver os problemas de saúde do país, os governos começam a falar em "privatização" dos serviços de saúde.

Uma das primeiras iniciativas foi o PAS do prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. Duramente criticado pelas entidades médicas, Maluf criou cooperativas médicas no lugar dos órgãos públicos responsáveis pela saúde. Médicos concursados foram afastados e transferidos para funções administrativas.

Aqui entre nós, o governo de São José dos Campos (PSDB) entregou a administração do Hospital Municipal para um grupo de São Paulo. Recentemente, o governo de Jacareí (PT) entregou a administração do Pronto-Socorro para outro grupo, novamente de São Paulo. E agora o ministro da saúde (PT) declara que não abre mão das fundações estatais para administração dos hospitais públicos apesar de formalmente desautorizado pelo Conselho Nacional de Saúde.

Vejam que colocamos as siglas dos partidos para demonstrar que não se trata de algo programático de modos diferentes de visão do estado, mas de algo pragmático no entendimento dos nossos administradores. Deparados com a crônica ineficiência dos serviços de saúde administrados por eles mesmos resolvem simplesmente transferir a responsabilidade para "organizações" que vão de cooperativas, organizações sociais, fundações estatais, ou qualquer outra denominação que se queira dar.

As desculpas são sempre as mesmas: o modelo do servidor estatutário não deu certo e é preciso agilizar a contratação de médicos e outros profissionais de saúde pela CLT além de permitir uma administração mais flexível, leia-se, menos controlada pelo poder legislativo e tribunais de contas.

Não quero neste artigo tomar posição, mas levantar alguns pontos polêmicos para a meditação dos leitores. Porque o modelo de saúde no Brasil falhou? A saúde é direito de todos e dever do estado é constitucional, lindo como ato declaratório de cidadania, mas inócuo quando não define: com que dinheiro? A CPMF foi criada como provisória para cobrir este buraco. Não melhorou a saúde, mas com certeza melhorou e melhora a "saúde financeira" do governo que não abre mão dela, claro. Qual o papel da União, dos estados e dos municípios? Câncer, medicamentos e exames de alto custo, de quem é a obrigação? Não há um vácuo na lei e nas atribuições de cada esfera? Não é melhor a confusão que a decisão quando se trata de gastar dinheiro do estado? Onde fica o hospital estadual de referência do Vale do Paraíba? E o federal no estado de São Paulo? Hospital universitário é referência?

Vamos falar do profissional de saúde estatutário. Tem salários dignos e planos de carreira definidos? Existe isonomia com outros funcionários estatutários? Porque dentro do governo existem carreiras diferentes com variação salarial acima de 1000%?

Vamos falar de "vacância" dos serviços de saúde. Privatizá-los e dismantelar a rede pública não é um risco? Quando as tais organizações "beneméritas" deixarem de ser pagas e isto não é impossível de acontecer, não haverá colapso do sistema? Será que nesta hora não lembraremos de ir correndo atrás de nossos médicos e servidores estatutários? Para isto eles servem? Uma coisa é certa. Em toda esta confusão é fácil condenar os servidores estatutários pelo mau desempenho da saúde e a solução mais fácil é contratar "empresas" para realizar o dever do estado. E isto leva a uma última reflexão: Não seria mais fácil contratar administradores em vez de eleger prefeitos, governadores, deputados e vereadores? Mais fácil mais barato e mais eficiente?

Sérgio dos Passos Ramos é médico e diretor de Defesa Profissional da Associação Paulista de Medicina - Regional São José dos Campos